

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	55
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	56
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	57
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	58
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	60
--	----

Índice

Motivos de Reapresentação

61

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.593
Preferenciais	0
Total	7.593
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	105.226	104.374
1.01	Ativo Circulante	37.011	33.323
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15	85
1.01.03	Contas a Receber	750	2.468
1.01.03.01	Clientes	528	2.229
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	222	239
1.01.04	Estoques	20.608	13.544
1.01.06	Tributos a Recuperar	199	195
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	199	195
1.01.07	Despesas Antecipadas	243	351
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.196	16.680
1.01.08.03	Outros	15.196	16.680
1.01.08.03.01	Alienação de Bens do Imobilizado	14.999	16.494
1.01.08.03.02	Adiantamentos	197	186
1.02	Ativo Não Circulante	68.215	71.051
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.589	10.122
1.02.01.03	Contas a Receber	5	5
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5	5
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.348	2.363
1.02.01.07.01	Despesas dos Exercícios Seguintes	2.348	2.363
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.236	7.754
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	265	259
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	4.084	4.607
1.02.01.09.05	Alienação de Bens do Imobilizado	2.887	2.888
1.02.02	Investimentos	35.911	37.802
1.02.02.01	Participações Societárias	35.911	37.802
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	35.911	37.802
1.02.03	Imobilizado	22.648	23.050
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.648	23.050
1.02.04	Intangível	67	77
1.02.04.01	Intangíveis	67	77

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	105.226	104.374
2.01	Passivo Circulante	72.946	65.236
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.543	2.946
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.543	2.946
2.01.02	Fornecedores	6.439	2.925
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.439	2.925
2.01.03	Obrigações Fiscais	867	808
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	691	732
2.01.03.01.02	Contribuição Social Rural	630	661
2.01.03.01.03	Cofins de Terceiros	6	14
2.01.03.01.04	Pis de Terceiros	1	3
2.01.03.01.05	IRRF	52	49
2.01.03.01.06	CSLL de Terceiros	2	5
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	139	72
2.01.03.02.01	ICMS	14	6
2.01.03.02.02	Outros	125	66
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	37	4
2.01.03.03.01	ISS	37	4
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.794	17.240
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.794	17.240
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	17.794	17.240
2.01.05	Outras Obrigações	43.303	41.317
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	29.676	29.875
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	29.676	29.875
2.01.05.02	Outros	13.627	11.442
2.01.05.02.04	Faturamento Para Entrega Futura	802	0
2.01.05.02.05	Parcelamento de Impostos e Encargos	2.159	1.962
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	9.801	9.196
2.01.05.02.07	Adiantamento de Clientes	865	284
2.02	Passivo Não Circulante	12.242	11.978
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	978	698
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	978	698
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	978	698
2.02.02	Outras Obrigações	3.684	4.053
2.02.02.02	Outros	3.684	4.053
2.02.02.02.03	Parcelamento de Impostos e Encargos	3.684	4.053
2.02.03	Tributos Diferidos	3.576	3.594
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.576	3.594
2.02.04	Provisões	4.004	3.633
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	317	317
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	167	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	150	0
2.02.04.02	Outras Provisões	3.687	3.316
2.02.04.02.04	Provisão Preço Mínimo Ações	2.138	1.766
2.02.04.02.05	Outros Debitros	1.549	1.550
2.03	Patrimônio Líquido	20.038	27.160

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.01	Capital Social Realizado	127.174	127.174
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.624	6.654
2.03.04	Reservas de Lucros	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-113.795	-106.703

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.466	6.754
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.553	-4.768
3.03	Resultado Bruto	-2.087	1.986
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.572	-3.862
3.04.01	Despesas com Vendas	-201	-403
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.347	-2.137
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	239	19
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-372	-111
3.04.05.01	Despesas com Previsão Preço Mínimo Ações	-372	-111
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.891	-1.230
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.659	-1.876
3.06	Resultado Financeiro	-1.481	-1.618
3.06.01	Receitas Financeiras	36	178
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.517	-1.796
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.140	-3.494
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	18	39
3.08.02	Diferido	18	39
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.122	-3.455
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.122	-3.455
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,95910	-0,46070

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.122	-3.455
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.122	-3.455

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-856	8.573
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.771	-1.658
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-7.122	-3.455
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	460	564
6.01.01.03	Baixa de Bens do Ativo Permanente	0	3
6.01.01.04	Equivalencia Patrimonial	1.891	1.230
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.915	10.231
6.01.02.01	Aumento em Clientes	1.701	1.463
6.01.02.02	Redução nos Estoques	-7.064	-9.069
6.01.02.03	Redução nos Adiantamentos Ativos	-11	131
6.01.02.04	Aumento Tributos a Recuperar	519	-28
6.01.02.05	Aumento Direitos Realizáveis	1.513	2.075
6.01.02.06	Redução nas Despesas Antecipadas	123	31
6.01.02.07	Aumento em Fornecedores	3.514	1.538
6.01.02.08	Aumento Outras Contas Pagar e Provisões	3.272	14.118
6.01.02.09	Provisão para Preço Mínimo Ações	372	0
6.01.02.10	Redução em Depósitos Judiciais	-6	11
6.01.02.11	Redução em Tributos Diferidos	-18	-39
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-48	-21
6.02.01	Aplicação no Imobilizado	-48	-18
6.02.02	Aplicação em Investimentos	0	-3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	834	-8.793
6.03.01	Aumento Empréstimos e Financiamentos	834	-8.981
6.03.02	Aumento de Capital	0	188
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-70	-241
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	85	1.149
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15	908

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	127.174	6.654	35	-106.703	0	27.160
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	127.174	6.654	35	-106.703	0	27.160
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.122	0	-7.122
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.122	0	-7.122
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-18	0	18	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-18	0	18	0	0
5.07	Saldos Finais	127.174	6.636	35	-113.807	0	20.038

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	126.986	7.740	35	-95.990	0	38.771
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	126.986	7.740	35	-95.990	0	38.771
5.04	Transações de Capital com os Sócios	188	0	0	0	0	188
5.04.01	Aumentos de Capital	188	0	0	0	0	0
5.04.08	Capital Subscrito	0	0	0	0	0	188
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.455	0	-3.455
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.455	0	-3.455
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-68	0	68	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-68	0	68	0	0
5.07	Saldos Finais	127.174	7.672	35	-99.377	0	35.504

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	7.040	7.865
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.397	7.957
7.01.02	Outras Receitas	-357	-92
7.01.02.01	Resultado Não Operacional	-357	-92
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	584	2.303
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	1.947	4.382
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.261	-1.834
7.02.04	Outros	-102	-245
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.624	10.168
7.04	Retenções	-460	-564
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-460	-564
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.164	9.604
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.855	-1.052
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.891	-1.230
7.06.02	Receitas Financeiras	36	178
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.309	8.552
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.309	8.552
7.08.01	Pessoal	9.425	9.035
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.481	6.222
7.08.01.02	Benefícios	2.321	2.035
7.08.01.03	F.G.T.S.	577	470
7.08.01.04	Outros	46	308
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	273	216
7.08.02.01	Federais	259	205
7.08.02.02	Estaduais	4	6
7.08.02.03	Municipais	10	5
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.733	2.756
7.08.03.01	Juros	2.070	2.655
7.08.03.02	Aluguéis	291	101
7.08.03.03	Outras	372	0
7.08.03.03.01	Garantia Preço Mínimo Sobre Ações	372	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.122	-3.455
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.122	-3.455

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	123.508	122.862
1.01	Ativo Circulante	49.229	46.709
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17	121
1.01.02	Aplicações Financeiras	5	5
1.01.03	Contas a Receber	581	2.270
1.01.03.01	Clientes	581	2.270
1.01.04	Estoques	21.354	14.428
1.01.06	Tributos a Recuperar	975	822
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	975	822
1.01.07	Despesas Antecipadas	584	756
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.713	28.307
1.01.08.03	Outros	25.713	28.307
1.01.08.03.01	Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	25.079	27.656
1.01.08.03.02	Adiantamentos	411	412
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	223	239
1.02	Ativo Não Circulante	74.279	76.153
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.681	15.291
1.02.01.03	Contas a Receber	39	39
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	39	39
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	5.906	5.985
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.736	9.267
1.02.01.09.03	Alienação de Bens do Imobilizado	3.395	3.395
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	1.257	1.251
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	4.084	4.621
1.02.03	Imobilizado	59.327	60.581
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	59.327	60.581
1.02.04	Intangível	271	281
1.02.04.01	Intangíveis	271	281

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	123.508	122.862
2.01	Passivo Circulante	79.617	72.199
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.697	3.093
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.697	3.093
2.01.02	Fornecedores	9.611	6.232
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.611	6.232
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.816	1.750
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.525	1.603
2.01.03.01.02	Contribuição Social Rural	1.433	1.522
2.01.03.01.03	Cofins de Terceiros	6	16
2.01.03.01.04	Pis de Terceiros	28	4
2.01.03.01.05	CSLL de Terceiros	2	6
2.01.03.01.06	IRRF	56	55
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	127	17
2.01.03.02.01	ICMS	29	5
2.01.03.02.02	Outros	98	12
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	164	130
2.01.03.03.01	ISS	164	130
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.514	45.284
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.514	45.284
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.514	45.284
2.01.05	Outras Obrigações	17.979	15.840
2.01.05.02	Outros	17.979	15.840
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	907	326
2.01.05.02.05	Faturamento Para Entrega Futura	802	0
2.01.05.02.06	Parcelamento de Impostos e Encargos	2.354	2.203
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	13.916	13.311
2.02	Passivo Não Circulante	23.853	23.503
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.463	968
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.463	968
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.463	968
2.02.02	Outras Obrigações	4.472	4.851
2.02.02.02	Outros	4.472	4.851
2.02.02.02.03	Parcelamento de Impostos e Encargos	4.472	4.851
2.02.03	Tributos Diferidos	9.962	10.098
2.02.04	Provisões	7.956	7.586
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	449	449
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	211	211
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	238	238
2.02.04.02	Outras Provisões	7.507	7.137
2.02.04.02.04	Provisão Preço Mínimo Ações	2.138	1.766
2.02.04.02.05	Outros Debitos	5.369	5.371
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	20.038	27.160
2.03.01	Capital Social Realizado	127.174	127.174
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.624	6.654
2.03.04	Reservas de Lucros	35	35

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.02	Reserva Estatutária	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-113.795	-106.703

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.577	10.876
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.293	-7.529
3.03	Resultado Bruto	-2.716	3.347
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.014	-4.016
3.04.01	Despesas com Vendas	-206	-428
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.612	-3.314
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	176	26
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-372	-300
3.04.05.01	Despesas com Provisão Preço Mínimo Ações	-372	0
3.04.05.02	Outras despesas	0	-300
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.730	-669
3.06	Resultado Financeiro	-2.528	-2.985
3.06.01	Receitas Financeiras	38	204
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.566	-3.189
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.258	-3.654
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	136	199
3.08.02	Diferido	136	199
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.122	-3.455
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.122	-3.455
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.122	-3.455
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,95910	-0,46070

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.122	-3.455
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-7.122	-3.455
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.122	-3.455

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-759	7.128
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.787	-1.542
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-7.122	-3.455
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.335	1.620
6.01.01.03	Baixa de Bens do Ativo Permanente	0	293
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.028	8.670
6.01.02.01	Aumento em Clientes	1.688	1.421
6.01.02.02	Redução nos Estoques	-6.926	-9.066
6.01.02.03	Redução nos Adiantamentos Ativos	1	102
6.01.02.04	Aumento Tributos a Recuperar	384	5.163
6.01.02.05	Aumento Direitos Realizáveis	2.593	8.059
6.01.02.06	Redução nas Despesas Antecipadas	251	36
6.01.02.07	Aumento em Fornecedores	3.379	4.461
6.01.02.08	Aumento Outras Contas Pagar e Provisões	3.428	-1.318
6.01.02.09	Provisão Preço Mínimo Ações	372	0
6.01.02.10	Redução em Depósitos Judiciais	-6	11
6.01.02.11	Redução em Tributos Diferidos	-136	-199
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-70	-55
6.02.01	Aplicação no Imobilizado	-70	-52
6.02.02	Aplicação em Investimentos	0	-3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	725	-7.836
6.03.01	Aumento Empréstimos e Financiamentos	725	-8.024
6.03.02	Aumento de Capital	0	188
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-104	-763
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	126	1.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22	917

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	127.174	6.654	35	-103.456	0	30.407	0	30.407
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	127.174	6.654	35	-103.456	0	30.407	0	30.407
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.283	0	-7.283	0	-7.283
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.283	0	-7.283	0	-7.283
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-18	0	18	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-18	0	18	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	127.174	6.636	35	-110.721	0	23.124	0	23.124

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	126.986	7.740	35	-95.990	0	38.771	0	38.771
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	126.986	7.740	35	-95.990	0	38.771	0	38.771
5.04	Transações de Capital com os Sócios	188	0	0	0	0	188	0	188
5.04.08	Capital Subscrito	188	0	0	0	0	188	0	188
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.455	0	-3.455	0	-3.455
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.455	0	-3.455	0	-3.455
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-68	0	68	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-68	0	68	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	127.174	7.672	35	-99.377	0	35.504	0	35.504

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	8.188	11.875
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.545	12.149
7.01.02	Outras Receitas	-357	-274
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-394	339
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	1.068	2.572
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.356	-1.988
7.02.04	Outros	-106	-245
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.794	12.214
7.04	Retenções	-1.335	-1.620
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.335	-1.620
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.459	10.594
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38	204
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	38	204
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.497	10.798
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.497	10.798
7.08.01	Pessoal	9.640	9.125
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.566	6.304
7.08.01.02	Benefícios	2.322	2.037
7.08.01.03	F.G.T.S.	643	476
7.08.01.04	Outros	109	308
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	185	84
7.08.02.01	Federais	142	46
7.08.02.02	Estaduais	32	32
7.08.02.03	Municipais	11	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.794	5.044
7.08.03.01	Juros	3.129	4.943
7.08.03.02	Aluguéis	293	101
7.08.03.03	Outras	372	0
7.08.03.03.01	Garantia Preço Mínimo sobre Ações	372	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.122	-3.455
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.122	-3.455

Comentário do Desempenho

Não há.

RENAR MAÇAS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Renar Maças S.A. (“Companhia”) foi constituída em NOV/62 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28/DEZ/04.

Em 02/DEZ/09 a Renar Maças S.A e a Pomifrai Fruticultura S.A firmaram, juntamente com os acionistas da Pomifrai e outros, um Acordo de Incorporação (“Acordo de Incorporação”), visando viabilizar a associação estratégica entre as companhias, objetivando unificar suas operações mediante a incorporação das ações de emissão da Pomifrai pela Renar Maças, nos termos do art. 252 da Lei nº 6.404/76 (“Associação Estratégica”).

A assinatura do acordo de incorporação foi autorizada pelo conselho de administração da Renar Maças, em reunião realizada em 02/DEZ/09.

Em 28/SET/10 a Companhia realizou AGE, que conforme deliberação (iv): Aprovou a incorporação de ações, convertendo-se a Pomifrai em subsidiária integral da Companhia, nos termos do artigo 252 da lei nº 6.404/76 e conforme estabelecido no protocolo e justificação, no qual foi fixada uma relação de substituição de 1,5 (uma e meia) ação ordinária de emissão da Companhia para cada 1 (uma) ação de emissão da Pomifrai a ser incorporada (“Relação de Substituição”), totalizando uma emissão, pela Companhia, de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal (“Novas Ações”).

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como consolidado – BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as diretrizes da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis, aplicáveis à Companhia, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade.

As informações contábeis do exercício consolidadas e individuais estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo *International Accounting Standards Board*– IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil para apresentação das demonstrações contábeis (CPC 26).

As informações reapresentadas neste relatório estão de forma consolidada e foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Renar Maças S.A em 22 de março de 2016

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 7 referentes aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, excepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Reapresentação das informações financeiras referentes ao período findo em 31 de março de 2015

As informações financeiras correspondentes ao período corrente de 31 de março de 2015, assim como os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2014 (do balanço patrimonial) e de 31 de março de 2014 (do resultado do exercício), originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1). Abaixo, apresentamos os devidos esclarecimentos para as retificações efetuadas:

Reclassificação de descontos concedidos indevidamente classificados nas rubricas de “Despesas financeiras”

A Companhia revisou os lançamentos registrados nas rubricas de despesas financeiras, e concluiu que estavam sendo indevidamente classificados nessas rubricas abatimentos referentes a descontos concedidos, cuja correta classificação deveria ser na rubrica de “Descontos e abatimentos sobre receitas”, antes do resultado operacional líquido na demonstração de resultado do exercício. Sendo assim, este lançamento foi retificado nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Reclassificação de despesas de juros indevidamente classificadas como “despesas operacionais e administrativas”

A Companhia revisou os lançamentos registrados nas rubricas de despesas operacionais e, e concluiu que estavam sendo indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica de “Despesas financeiras”, no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Sendo assim, este lançamento foi retificado nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Provisão para perdas com glosas de créditos tributários de PIS e Cofins

A Companhia aufere créditos tributários de PIS e Cofins em suas operações, que são utilizados normalmente no abatimento das obrigações tributárias a pagar. Todavia, historicamente, parte desses créditos são glosados pelos órgãos competentes. As informações financeiras correspondentes ao período corrente de 31 de março de 2015, assim como os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2014 (do balanço patrimonial) e de 31 de março de 2014 (do resultado do exercício), originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, não continham provisão para perdas referentes a essas glosas. Sendo assim, foram constituídas as devidas provisões nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Baixa de contas a receber sem perspectiva de realização

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai possuía registrado na rubrica “Outras contas a receber” saldos que não possuíam perspectiva de realização e que totalizavam R\$105 mil no ativo circulante, e R\$22 mil no ativo não circulante. Sendo assim, a Companhia está rerepresentando seus saldos de abertura de 31 de dezembro de 2014, com provisão para perdas para referidos contas a receber.

Provisão para perdas de ativo contingente

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai possuía registrado na rubrica “Outras contas a receber” um saldo no valor de R\$90 mil referente a saldos a receber oriundos de contingências ativas. Embora a expectativa de ganho passada pelos assessores jurídicos seja de “provável êxito”, referidos ativos não atendem a todos os requisitos do CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Sendo assim Companhia está rerepresentando seus saldos de abertura de 31 de dezembro de 2014, considerando uma “provisão para perdas” do respectivo montante.

Provisão para depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai possuía registrado na rubrica “Depósitos judiciais” um montante de R\$63 referente a uma discussão judicial de ICMS, sendo que referido saldo não estava refletido no passivo na rubrica “Provisão de contingências”. Adicionalmente, a controlada possuía também depósito judicial referente a discussão sobre a contribuição Funrural no montante de R\$929 mil, enquanto no passivo, mantinha provisão no montante de R\$803 mil (provisão a menor em R\$126 mil) ativas. Embora a expectativa de ganho passada pelos assessores jurídicos seja de “provável êxito”, de acordo com as premissas do CPC Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, referidos ativos devem ter as provisões correspondentes no passivo. Sendo assim Companhia está rerepresentando seus saldos de abertura de 31 de dezembro de 2014, considerando os efeitos necessários na rubrica “provisão de contingências”.

Provisão para perdas de créditos tributários sem perspectiva de realização

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai possuía registrado na rubrica “Impostos a recuperar” um saldo no valor de R\$421 mil referente a crédito tributário de IPI presumido que não vinha sendo compensado, uma vez que está sendo discutido judicialmente. Embora a expectativa de ganho passada pelos assessores jurídicos seja de “provável êxito”, referido ativo não atende a todos os requisitos do CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Sendo assim Companhia está rerepresentando seus saldos de abertura de 31 de dezembro de 2014, considerando uma “provisão para perdas” do respectivo montante.

Ajuste a valor de realização de contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai possuía registrado na rubrica “Alienações de bens do imobilizado” um “contas a receber” referente a venda de terreno, no qual foi concedido desconto ao cliente no valor de R\$586 mil, tendo em vista a existência de incorreções na metragem inicial apurada no terreno. Sendo assim Companhia está rerepresentando seus saldos de abertura de 31 de dezembro de 2014, considerando a baixa do referido desconto no saldo a receber.

Reclassificação de empréstimos junto ao BRDE

A Companhia reclassificou para o passivo circulante os saldos de empréstimos a pagar junto ao Banco BRDE, uma vez que, nas datas das publicações, haviam parcelas vencidas (inadimplidas). De acordo com os termos do contrato, em caso de inadimplência, a dívida torna-se, imediatamente, vencida.

Os efeitos da aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), estão demonstrados abaixo:

	31/03/2015 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante			
Tributos a Recuperar	1.650	(675)	975
Alienação de Bens do Imobilizado	25.665	(586)	25.079
Outras Contas a Receber	328	(105)	223
	27.643	(1.366)	26.277
Ativo não circulante			
Tributos a Recuperar	5.502	(1.418)	4.084
Outras Contas a Receber	152	(113)	39
	5.654	(1.531)	4.123
Passivo e patrimônio líquido			
Obrigações Tributárias	1.690	126	1.816
Provisão para Contingências	386	63	449
Prejuízos acumulados	(110.709)	(3.086)	(113.795)
	(108.633)	(2.897)	(111.530)
Resultado do exercício			
Devoluções e Abatimentos	(106)	(555)	(661)
Despesas Comerciais e de Distribuição	(376)	170	(206)
Outras Receitas /Despesas Operacionais	15	161	176
Despesas financeiras	(2.951)	385	(2.566)
	(3.418)	161	(3.257)
	31/12/2014 (Consolidado)		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante			
Tributos a Recuperar	1.434	(612)	822
Alienação de Bens do Imobilizado	28.242	(586)	27.656
Outras Contas a Receber	344	(105)	239
	30.020	(1.303)	28.717
Ativo não circulante			
Tributos a Recuperar	6.263	(1.642)	4.621
Outras Contas a Receber	152	(113)	39
	6.415	(1.755)	4.660
Passivo e patrimônio líquido			
Obrigações Tributárias	1.624	126	1.750
Provisão para Contingências	386	63	449
Prejuízos acumulados	(103.456)	(3.247)	(106.703)
	(101.446)	(3.058)	(104.504)

3. Principais Práticas Contábeis

3.1 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3.2.1. Ativos financeiros

São mensurados ao valor justo por meio do resultado, e incluem ativos financeiros disponíveis para negociação no curto prazo e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado na linha de receitas ou despesas financeiras quando incorridos.

Os principais ativos financeiros, reconhecidos pela Companhia, são caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras em fundos de renda fixa com rendimento diário, contas a receber de clientes, contas a receber por alienação de bens do ativo imobilizado. A Companhia não identificou ativos financeiros que estariam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

3.2.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como não mensurados ao valor justo e compostos por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem: caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa, são ativos financeiros disponíveis para negociação.

3.4 Clientes

As contas a receber de clientes são apresentadas a valores de realização, com atualização cambial, quando denominadas em moeda estrangeira, e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

3.5 Estoques

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização.

3.6 Imobilizado

Na Controladora o ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, incluindo os bens adquiridos por arrendamento mercantil, deduzido da depreciação acumulada, atualizado monetariamente até 31/DEZ/95.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29/DEZ/06, novas taxas de depreciação foram aplicadas aos pomares, edificações urbanas e rurais, a partir de JAN/07, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

A reavaliação ocorrida em 2006 também contemplou ativos não depreciáveis, como terrenos. Na época não foram contabilizados os correspondentes tributos, em atendimento à prática contábil vigente naquele momento (Lei 6404/76). Contudo, em 2010, para atender a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, a administração efetuou registro contábil a débito de conta retificadora da reserva de reavaliação e a crédito de provisão para imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

Em virtude dos ativos da Companhia serem constituídos, principalmente, de imóveis e implementos rurais, foi contratada a empresa Rosfil Cadastramento e Gerenciamento Patrimonial Ltda., CNPJ 00.593.896/0001-60, qualificada para desenvolver os trabalhos visando atender os CPC's 01 e 27. Em relação ao Pronunciamento CPC 01 que se refere à redução ao valor recuperável de ativos, foram aplicados os procedimentos, e não foi constatado a necessidade do registro de ajustes, uma vez que o valor de uma possível venda do Ativo Imobilizado, ultrapassa o valor contabilizado (saldo residual) e o CPC 27 que prescreve, que o método de depreciação utilizado pela entidade deve refletir o modelo de previsão de consumo (vida útil) dos benefícios econômicos do ativo, foi atendido.

Em junho de 2014 a Companhia contratou os serviços da empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda., CNPJ 93.272.003/0001-65, com a finalidade de atender a Lei 11.638/07 – CPC 27 e CPC 04 na estimativa de vida útil e determinação da taxa de depreciação contábil, nos Ativos Imobilizados exceto biológicos. Foram aplicados os procedimentos e não foi constatada a necessidade de ajustes.

Na controlada os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

Na controlada e na controladora a administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, especialmente o imobilizado, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essas perdas, quando necessárias, são classificadas como outras despesas operacionais. Em 31 de março de 2015 a Administração não identificou a necessidade do registro de provisão para desvalorização no imobilizado.

3.7 Investimentos

Os investimentos em empresa controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As práticas contábeis utilizadas pela controlada são uniformes em relação às utilizadas pela controladora.

3.8 Intangível

Corresponde às marcas, registradas ao custo de aquisição e não ultrapassa o valor de realização. Estes ativos possuem vida útil indefinida e são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

3.9 Outros Ativos e Passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

3.10 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa a administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e a contribuição social sobre lucro líquido (“CSLL”), abrangendo imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporárias não dedutíveis ou exclusões de receitas temporárias não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.12 Informações da Consolidação

Controlada é toda a entidade cuja política financeira e operacional pode ser conduzida pela Companhia e na qual normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis, são levados em consideração para constatar que a Companhia controla outra entidade. Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios.

As operações entre a Companhia e sua Controlada, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações e seus efeitos tributários, foram eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Renar Maçãs S/A e sua subsidiária integral Pomifrai Fruticultura S/A.

3.13 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a provisão para contingências. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas regularmente.

3.14 Lucro ou Prejuízo por ação

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/ quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

3.15 Alteração procedimento de cálculo dos custos apurados

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Sob este aspecto, anteriormente todo o montante apurado de custos era agregado ao estoque e baixado/calculado conforme sua venda mensal, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem).

A Companhia na busca de melhoria e simplificação de seus procedimentos quanto a apuração do custo dos produtos vendidos (fruta), entende que a melhor forma de demonstrar a apuração do CPV mensal, calculado sobre os estoques formados (colhidos) de maçãs disponíveis para venda é, considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a Fruta Industrial (na sua maioria vendida diretamente do pomar para a indústria), passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação, do Packing House em seu custo.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV.

3.16 Conversão de ações

Na AGE 59ª de 01 de outubro de 2014, aprovado, por unanimidade dos acionistas presentes, a proposta apresentada pelo Conselho de Administração para grupamento de ações da Companhia, à razão de 20 para 1, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A., bem como que as frações de ações detidas por acionistas da Companhia, como resultado do grupamento, sejam complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente pelo acionista controlador da Companhia, a EFC Participações S.A., de forma que cada acionista da Companhia recebeu a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

A Companhia possuía 151.875.000 ações ordinárias emitidas e em circulação antes do grupamento. Após a conclusão do grupamento das ações ordinárias aprovada na AGE, ficou 7.593.750 ações ordinárias emitidas e em circulação.

3.17 Aumento de Capital

Foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de abril de 2015, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de, no mínimo, R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e, no máximo, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), mediante emissão, para subscrição privada, de, no mínimo, 900.000 (novecentas mil) e, no máximo, 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 4,00 (quatro reais) por ação, fixado nos termos do Art. 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

3.18 Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva desde 01 de janeiro de 2014, a Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais desde 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 27 – “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016 nas IFRS e para as práticas contábeis adotadas no Brasil já é aceito a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade e adoção antecipada das IFRS. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

3.19 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” – em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 14 – Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 11 – “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IAS 16 e IAS 38 – “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 15 – “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 – “Receitas” e a IAS 11 – “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IAS 16 e IAS 41 – em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41 – Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 10 e IAS 28 – em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.
- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/DEZ/2014	31/MAR/15	31/DEZ/2014
Caixa	10	9	11	14
Bancos	5	76	6	107
Aplicações financeiras	-	-	5	5
Total Geral	15	85	22	126

A aplicação financeira realizada na controladora, no Banco do Brasil S.A é remunerada a taxa do CDI (90%).

5. Clientes

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/DEZ/2014	31/MAR/15	31/DEZ/2014
Duplicatas a Receber	6.810	6.432	8.579	8.477
Duplicatas Descontadas - Bancos	(3.451)	(1.372)	(3.805)	(2.014)
Duplicatas Descontadas (Pomifrai)	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.831)	(2.831)	(4.193)	(4.193)
Total	528	2.229	581	2.270

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável.

A composição das Contas a Receber por idade de vencimento é:

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/DEZ/2014	31/MAR/15	31/DEZ/2014
Vencidas até 30 dias	537	636	557	691
Vencidas de 31 a 60 dias	40	9	61	9
Vencidas de 61 a 90 dias	5	48	19	48
Vencidas de 91 a 180 dias	12	4	12	5
Vencidas a mais de 181 dias	2.851	2.839	4.209	4.198
Total vencidas	3.445	3.536	4.858	4.951
A vencer	3.365	2.896	3.721	3.526
Total Duplicatas	6.810	6.432	8.579	8.477

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa esta demonstrada a seguir:

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/DEZ/2014	31/MAR/15	31/DEZ/2014
Saldo inicial	(2.831)	(2.831)	(4.193)	(4.231)
Adições	-	-	-	-
Recuperações	-	-	-	38
Total	(2.831)	(2.831)	(4.193)	(4.193)

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face as eventuais perdas na realização dos créditos.

A Companhia não requer garantias sobre à venda a prazo.

6. Estoques

A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/DEZ/2014	31/MAR/15	31/DEZ/2014
Maçãs Próprias	11.832	275	11.832	275
Produtos em Formação (Safr de Maçãs)	5.236	10.965	5.236	10.965
Material Consumo e Reposição	1.413	2.304	2.007	2.872
Polpa Congelada	42	-	168	294
Outros	2.085	-	2.111	22
Total	20.608	13.544	21.354	14.428

7. Tributos a recuperar

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/DEZ/2014	31/MAR/15	31/DEZ/2014
Ativo Circulante	199	195	975	822
IRRF sobre Aplicação Financeira	14	15	56	57
ICMS	-	-	-	-
PIS	-	-	102	63
COFINS	-	-	746	574
Contribuição Social s/Lucro	3	-	15	12
CSLL	47	133	86	171
IRPJ	135	47	224	136
Crédito Presumido IPI a Recuperar	-	-	421	421
(-) Provisão de glosas	-	-	(675)	(612)
Ativo Não Circulante	4.084	4.607	4.084	4.621
ICMS	773	775	773	789
PIS	937	924	937	924
COFINS	3.792	4.550	3.792	4.550
(-) Provisão de glosas	(1.418)	(1.642)	(1.418)	(1.642)
Total	4.283	4.802	5.059	5.443

IRRF – Correspondente ao IR retido na fonte sobre aplicações financeiras

ICMS – O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do Ativo Imobilizado.

Os montantes de PIS e de COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades da Companhia. Foi requerido, administrativamente, junto à Secretaria da Receita Federal, amparada no art. 16, inciso II da Lei nº 11.116/05.

Em 31 dez de 2014 tínhamos passível de análise junto aos auditores fiscais o valor de R\$ 5.299 mil, sendo R\$ 5.128 mil na Controladora e R\$ 171 mil na Controlada, em 2015 fizemos a solicitação de mais R\$ 777 mil, sendo R\$ 346 mil na Controladora e R\$ 431 mil na Controlada, e também compensamos o valor de R\$ 828 mil, sendo na Controladora compensado R\$ 823 mil e na Controlada R\$ 5 mil.

8. Adiantamentos a Fornecedores

8.1 – Adiantamento de Fornecedores

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/DEZ/2014	31/MAR/15	31/DEZ/2014
Adiantamento Fornecedores	733	653	947	874
PCLD Adiantamento Fornecedores	(570)	(570)	(570)	(570)
Total	163	83	377	304

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais, com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

8.2 – Demais Adiantamentos

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/DEZ/2014	31/MAR/15	31/DEZ/2014
Funcionarios	5	3	5	7
Férias	21	86	21	87
Viagens	8	14	8	14
Total	34	103	34	108

Os adiantamentos de funcionarios engloba todos os convenios que a Companhia possui junto a médicos, hospitais, farmacias, dentistas entre outros e também adiantamento em especie.

9. Valores a Receber de Bens Vendidos

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores.

Estes valores já se encontram vencidos, os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados a lavratura das escrituras, que ainda depende da finalização do georreferenciamento das áreas.

9.01 Controladora

Renar Maçãs S/A Terreno ou Imóvel	Valor Original da Venda em milhares de reais	Saldo 31/MAR/15 milhares de reais	Vencimento Final	Forma de Recebimento
Área de 2.304.100,00 m ²	2.600	275	31/12/2015	Equivalente a 115 mil sacas de milho de 60 kg.
Área de 4.141.398,84 m ²	6.400	3.195	31/12/2015	entrega de embalagens(caixas de papelão) fornecidas de acordo com o "Contrato de Fornecimento" de 15.03.11.
Área de 3.269.509,67 m ²	4.100	556	31/12/2015	2.500 mil reais na assinatura do contrato; 550 mil reais na assinatura contrato,arrendo 89,81 hectares de pomar; 1.050 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE.
Área de 4.183.669,38 m ²	7.300	1.800	31/12/2014	2.900 mil pgto dívida Banco Safra, Bradesco, Basf S, 1.100 mil pgto dívida Banco Safra 1.100 mil pgto dívida Banco Safra 1.100 mil pgto dívida Banco Safra 1.100 mil pgto dívida Banco Safra
Terreno Urbano com Área 1.254,72 m ² , mais Benfeitorias (Camaras Frias)	5.560	5.560	30/6/2014	5.560 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE
Área de 547.232,00 m ²	1.000	1.000	30/6/2014	1.000 milhão reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE
Área de 4.183.669,38 m ²	8.500	5.500	31/12/2015	1.000 milhão reais na assinatura do contrato 500 mil reais em 20/dez/2014 1.000 milhão de reais em 20/jan/2015 500 mil reais em 20/fev/2015 2.000 milhões em 20/mai/2015 3.500 mil reais mediante assunção dívida junto ao Banco Bradesco
Total	35.460	17.886		

9.02 Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A Terreno ou Imóvel	Valor Original da Venda em milhares de reais	Saldo 31/MAR/15 milhares de reais	Vencimento Final	Forma de Recebimento
Área de 1.359.251,00 m ²	1.900	596	31/12/2014	300 mil reais em moeda corrente através transferência bancária, 200 mil reais crédito COOCAM, 450 mil reais entrega floresta de pinus e 950 mil reais financiamento BRDE.
Área de 1.200.203,70 m ² Área de 544.590,93 m ²	2.420	816	31/12/2014	800 mil reais em moeda corrente através transferência bancária, 420 mil reais entrega floresta de pinus e 1.200 mil reais financiamento BRDE.
Área de 600.101,85 m ²	1.020	1.020	31/12/2014	1.020 mil reais quando da outorga da escri- tura pública do imóvel livre e desembarça- do de quaisquer ônus.
Área de 600.101,85 m ²	1.020	510	31/12/2014	170 mil reais, na data da assinatura do contrato; 170 mil reais, 30 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 60 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 90 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 120 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 150 dias da assinatura do contrato.
Área de 1.234.200,00 m ² Área de 1.234.200,00 m ² Área de 1.234.200,00 m ² Área de 3.785.538,00 m ² Área de 347.764,49 m ² Área de 253.716,23 m ² Área de 1.125.721,00 m ²	12.772	724	31/12/2014	2.322 mil reais em moeda corrente através transferência bancária. 1.197 mil reais concessão crédito -COOPERCON 2.339 mil reais condicionado a anuência do interveniente anuente 6.914 mil reais mediante financiamento BRDE
Área de 1.113.200,00 m ²	1.409	508	31/12/2014	809 quitação crédito debitos pelos compradores de rentes serviços prestados área tributária. 600 mediante liberação hipoteca.
Área de 2.172.520,00 m ² Área de 5.749.119,18 m ² Área de 50.368,41 m ² Área de 803.129,21 m ² Área de 96.800,00 m ² Área de 131.000,00 m ² Área de 119.500,00 m ² Área de 522.954,00 m ²	20.700	1.900	20/09/2014	5.900 mil pgto divida Banco Safra, Bradesco 3.700 mil pgto divida Banco Safra 3.700 mil pgto divida Banco Safra 3.700 mil pgto divida Banco Safra 3.700 mil pgto divida Banco Safra
Área de 2.172.652,00 m ² Área de 50.368,41 m ² Área de 803.129,21 m ² Área de 96.800,00 m ² Área de 119.500,00 m ² Área de 522.954,00 m ²	6.000	3.000	31/12/2015	3.000 mil na assinatura da escritura definitiva
Área de 1.190.000,00 m ²	2.400	1.200	31/12/2015	1.000 mil reais mediante transferencia bancaria em 16/jul/2014. 800 mil reais mediante transferencia bancaria em 30/mai/2015. 600 mil reais mediante transferencia bancaria em 30/mai/2016.
Área de 967.770,00 m ²	2.100	900	31/12/2015	800 mil reais mediante transferencia bancaria em 01/jul/2014. 200 mil reais mediante transferencia bancaria em 17/jul/2014. 800 mil reais mediante transferencia bancaria em 30/mai/2015. 300 mil reais mediante transferencia bancaria em 30/mai/2016.
(-) Desconto medições		(586)		
Total	51.741	10.588		

9.03 Consolidado

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/DEZ/2014	31/MAR/15	31/DEZ/2014
Circulante	14.999	16.494	25.079	27.656
Não Circulante	2.887	2.888	3.395	3.395
Total	17.886	19.382	28.474	31.051

10 Depósitos Judiciais

Depositos	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/DEZ/2014	31/MAR/15	31/DEZ/2014
Tributos	2	2	2	2
Trabalhista	5	5	5	5
Badesc	125	119	125	119
CVM	133	133	133	133
Celesc/Demanda			63	63
CSRural			929	929
Total	265	259	1.257	1.251

Tributos: Depósito judicial Processo 2003.72.03000557-3/SCPis/Cofins.

Badesc: contrato Cédula Rural Hipotecaria nº 910380-00-7, valor original depositado no montante de R\$ 119 mil, a título de caução, este valor é o projetado dos juros devidos até o final do contrato, visto que o principal esta garantido pelo PESA (título do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis a cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas.

As parcelas vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento, com recursos provenientes do valor caucionado.

CVM: bloqueios judiciais de multas da CVM.

Celesc/Demanda: assegurar o direito da empresa controlada de não recolher o ICMS sobre a demanda de potência de energia elétrica contratada e de ultrapassagem.

Ação foi julgada parcialmente procedente. Atualmente estão sendo tomadas as providências necessárias para converter em renda o valor dos depósitos judiciais pertencentes ao estado e levantar o valor remanescente.

CSRURAL: reconhecimento de inexigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do Art. 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001 (ExFunrural). Reconhecimento do direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras. Sentença Improcedente. Parcialmente revertida em grau de apelação. Em fase de recurso especial e extraordinário. Ganho possível.

11 Imobilizado

11.1 Imobilizado Controladora

Descrição	Consolidado					
	31/MAR/15					
	Saldo	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Residual
	31/DEZ/14	31/MAR/15	31/MAR/15	31/MAR/15	31/MAR/15	31/MAR/15
Imobilizado Próprio em Operação	11.478	48	-	0	(390)	11.136
Edificações	5.116	-	-	0	(38)	5.078
Benfeitorias	433	44	-	0	(17)	460
Culturas Permanentes	3.948	-	-	0	(124)	3.824
Máquinas e Equipamentos	1.533	4	-	0	(41)	1.496
Câmaras Frigoríficas	211	-	-	0	(162)	49
Veículos e Tratores	157	-	-	0	(3)	154
Móveis e Utensílios	80	-	-	0	(5)	75
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	28	-	-	0	0	28
Vestiário/Banheiros Vacaria	28	-	-	0	0	28
Reavaliações	11.544	-	-	0	(60)	11.484
Terrenos	3.551	-	-	0	0	3.551
Edificações e Benfeitorias	7.764	-	-	0	(53)	7.711
Culturas Permanentes	229	-	-	0	(7)	222
Imobilizado	23.050	48	-	0	(450)	22.648
Intangível	77	-	-	0	(10)	67
Total	23.127	48	-	0	(460)	22.715

11.2 Imobilizado Consolidado

Descrição	Consolidado					
	31/MAR/15					
	Saldo	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Residual
	31/DEZ/14	31/MAR/15	31/MAR/15	31/MAR/15	31/MAR/15	31/MAR/15
Imobilizado Próprio em Operação	27.132	64	-	-	(843)	26.353
Terrenos	64	-	-	-	-	64
Edificações	12.807	-	-	-	(129)	12.678
Benfeitorias	454	44	-	-	(19)	479
Culturas Permanentes	8.200	-	-	-	(320)	7.880
Máquinas e Equipamentos	5.160	20	-	-	(192)	4.988
Câmaras Frigoríficas	(83)	-	-	-	(162)	(245)
Veículos e Tratores	372	-	-	-	(11)	361
Móveis e Utensílios	158	-	-	-	(10)	148
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	28	-	-	-	-	28
Vestiário/Banheiros Vacaria	28	-	-	-	-	28
Imobilizações em Andamento	207	5	-	-	-	212
Benfeitorias	93	5	-	-	-	98
Florestas em Formação	114	-	-	-	-	114
Reavaliações	11.544	-	-	-	(60)	11.484
Terrenos	3.551	-	-	-	-	3.551
Edificações e Benfeitorias	7.764	-	-	-	(53)	7.711
Culturas Permanentes	229	-	-	-	(7)	222
Ajuste Patrimonial	21.670	-	-	-	(420)	21.250
Terrenos	568	-	-	-	-	568
Edificações	2.030	-	-	-	(29)	2.001
Benfeitorias	1	-	-	-	-	1
Máquinas e Equipamentos	6.286	-	-	-	(211)	6.075
Câmaras Frigoríficas	11.838	-	-	-	(141)	11.697
Veículos e Tratores	920	-	-	-	(37)	883
Móveis e Utensílios	27	-	-	-	(2)	25
Imobilizado	60.581	69	-	-	(1.323)	59.327
Intangível	281	2	-	-	(12)	271
Total	60.862	71	-	-	(1.335)	59.598

Registrados ao custo de aquisição ou formatação mais ajustes patrimoniais realizados conforme legislação pertinente.

12 Fornecedores

Todos os Fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como o fornecimento de embalagens e demais materiais, necessárias para as operações da Companhia, foram garantidos por pagamentos ou

renegociações para liquidação futura. O somatório desta ação possibilitou uma retomada do crédito, melhorando inclusive nossa capacidade de negociação comercial, junto a fornecedores e instituições financeiras.

Os prazos médios obtidos junto a nossos principais fornecedores são: embalagens 45 dias, manutenção e outros 30 dias e os contratos de prestação de serviços a grande maioria em torno de 30 dias.

13 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem as seguintes principais características e valores:

Controladora

Renar Maças S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Em milhares de reais	
				31/MAR/15	31/DEZ/14
Bancos Comerciais/ACC - Santander	NP / Aval	8,63%	JUN/13	-	-
Bancos Comerciais/GIRO - NBC Banck	NP / Aval	14,74%	JUN/14	336	336
Bancos Comerciais/GIRO - CC	NP / Aval	21,98%	MAI/13	29	-
Bancos Comerciais/GIRO - Safra S/A	NP / Aval	9,86%	AGO/13	-	-
BRDE/Renegociação	Imoveis	8,53%	NOV/21	17.429	16.904
Outros	Imoveis	de 2,84% a 8,53%	Até out/25	978	698
Total de Empréstimos e Financiamentos				18.772	17.938
Parcela no Circulante				17.794	17.240
Parcela no Não Circulante				978	698

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Em milhares de reais	
				31/MAR/15	31/DEZ/14
Bancos Comerciais/GIRO - Lemon (Leme)	NP - Aval	21,68%	MAI/13	0	0
BRDE-SC-REPARCELAMENTO	Imoveis	8,61%	NOV/21	27.720	28.044
Outros	Imoveis	de 3,26% a 4,58%	Até OUT/22	485	270
Total de Empréstimos e Financiamentos				28.205	28.314
Parcela no Circulante				27.720	28.044
Parcela no Não Circulante				485	270

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidados	Em milhares de reais	
	31/MAR/15	31/DEZ/14
Total de Empréstimos e Financiamentos	46.977	46.252
Parcela no Circulante	45.514	45.284
Parcela no Exigível a Longo Prazo	1.463	968

13.01 Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia no curto prazo.

13.02 Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

São contratos de linhas de crédito para exportações futuras, com vencimento no curto prazo.

13.03 Investimento e Expansão

Financiamentos de longo prazo junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras, para investimento na safra de produção. Todos com vencimentos acima de um ano.

13.04 Empréstimos Securitizados

Com o objetivo de renegociar dívidas originárias de crédito rural e equalizar os respectivos encargos financeiros à realidade econômico-financeira, foi aprovada em NOV/95 a Lei nº 9.138, posteriormente regulamentada pela Resolução nº 2.471 do Banco Central de 26 /FEV/98, as quais juntas estabeleceram as diretrizes do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA.

No programa foi condicionada à aquisição, pelos devedores, por intermédio da instituição financeira credora, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais foram entregues ao credor em garantia do principal.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, a Companhia securitizou dívidas junto às instituições financeiras por meio da aquisição de Certificados do Tesouro Nacional - CTN cedidos em caráter irrevogável e irretroatável para as Instituições Financeiras credoras como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida.

Os referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O saldo devedor referente ao valor principal da dívida é corrigido de acordo com o IGP-M até o vencimento final da renegociação, também em 20 anos, quando será integralmente quitado mediante o resgate dos CTNs oferecidos em garantia.

Tendo em vista que os CTNs terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, a Companhia entende que não haverá a necessidade de qualquer desembolso adicional de caixa para a liquidação da dívida relativa ao PESA e seu registro foi efetuado como redução do principal da dívida, ambos ajustados a valor presente.

O desembolso da controladora durante os 20 anos de vigência da securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3% e 5% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras de acordo com o valor destes desembolsos futuros ajustados a valor presente.

Juros incorridos e contabilizados até 31 de março de 2015, foi de R\$ 280 mil na controlada e R\$ 214 mil no consolidado, resultando em uma despesa de juros no valor de R\$ 494 mil no consolidado.

Sendo de conhecimento público que a essência do PESA é a eliminação da dívida então existente, face a compra de CTNs pelos devedores, fazendo com que o valor futuro dos títulos liquide integralmente a dívida (face à diferença de taxas entre a atualização da dívida e a atualização do título).

13.05 Renegociação de Passivos

A Companhia vem desenvolvendo diversas tratativas com as instituições financeiras com o objetivo de alongar o perfil da dívida e garantir adequada capacidade de pagamento.

Estas tratativas vêm sendo desenvolvidas ao longo dos últimos meses, com êxito, já demonstrado no quadro acima. O que proporcionou a Companhia uma alteração significativa no perfil da dívida.

Com o resultado destas negociações, já realizadas, a Companhia conclui sua reestruturação financeira e está apta a priorizar esforços para acelerar o crescimento e retomar a rentabilidade historicamente apresentada.

13.06 Assunção Parcial da Dívida

Em 11/jun/2014, a Companhia concretizou a negociação de Cédula de Crédito Bancário referente à assunção parcial de dívidas de responsabilidade da Renar Maçãs S/A e de sua Controlada Pomifrai Fruticultura S/A, referente aos contratos 23.522 e 23.523 respectivamente, refletindo em R\$ 4,4 milhões, que representa uma redução de R\$ 8,9% do total do endividamento junto ao nosso principal credor (BRDE) e 8,5% do endividamento total da Companhia, tendo efeito imediato no resultado, pela redução das atualizações mensais sobre os contratos de financiamentos.

Em 30/11/2014, a Companhia concretizou a negociação de Cédula de Crédito Bancário referente à assunção parcial de dívidas de responsabilidade da controlada Pomifrai Fruticultura S/A, referente ao contrato 24.125 junto ao BRDE, refletindo em R\$ 1,2 milhões, que representa uma redução de 4,27 % do total do endividamento junto ao BRDE e redução de 2,7% do total do endividamento da Companhia. Com isso a dívida foi reduzida em R\$ 5,6 milhões, que representa uma redução de 11,2% do total da dívida de curto prazo da companhia no ano de 2014.

Em 31 de março de 2015 constava junto ao BRDE o valor de R\$ 3.870 mil vencido da Controladora, mais R\$ 3.843 mil da Controlada.

14 Partes Relacionadas

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com Partes Relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

				Controladora			
				Passivo		Compra	
Descrição		Encargos	Vencimento	31/MAR/15	31/DEZ/14	31/MAR/15	31/DEZ/14
Pomifrai Fruticultura S/A	a	-	-		320		320
Renar Maçãs S/A	b	-	-	29.676	29.875	-	-
Total				29.676	30.195	-	320

a) Compra

A Pomifrai Fruticultura S/A comprou de sua Controladora Renar Maçãs S/A, maçãs destinadas à industrialização (polpa e maçã desidratada). Valor este segregado das receitas consolidadas para efeito de apuração do resultado operacional da Companhia.

b) Conta Corrente

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S/A, como a finalidade de viabilizar suas operações, não há a cobrança de encargos sobre o saldo e não foi firmado prazo para encerramento.

15 Provisões para Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas e civis.

15.1 Provisões Trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

Em 31/mar/15, a controladora é parte em 16 ações trabalhistas (02 ação provável, 10 possíveis e 4 remotas), acrescida de 02 ações trabalhistas na controlada (2 possíveis), cujas obrigações estimadas apresentaram a seguinte movimentação:

Contingências Trabalhistas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/DEZ/14	(167)	(211)
Constituição	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 31/MAR/15	(167)	(211)

As Ações trabalhistas demandam pedidos de horas extras, horas em in itinere, adicionais de insalubridade, periculosidade.

Conforme as opiniões dos consultores jurídicos constam reclamações trabalhistas, da controladora e da controlada nos montantes de R\$ 297 mil e R\$ 87 mil, respectivamente, cujas perdas são consideradas como possíveis, dos quais provisionamos 50% dos valores de causa (R\$ 149 mil da Controladora e R\$ 44 mil da Controlada), e provisionado 100% dos valores prováveis, sendo R\$ 18 mil na controladora.

15.2 Contingências Cíveis

Contingências Cíveis	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/DEZ/14	(150)	(175)
Constituição	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 31/MAR/15	(150)	(175)

Em 31/mar/15, a controladora é parte em 30 ações cíveis, sendo que em 16 ações figura como autora (10 remotas 5 possíveis 1 provável), e 14 ações como réu (05 remotas, 07 possíveis e 2 prováveis), acrescida de 09 ações cíveis na controlada, sendo 06 ações que figura como autora (3 remotas e 3 prováveis) e 03 ações como réu (2 remota e 1 possível).

Conforme a opinião dos consultores jurídicos, constam, ações judiciais da controladora como autora o montante de R\$ 615 mil cujo ganho é considerado possível, e como réu o montante de R\$ 280 mil, cuja perda é considerada como possível, e da controlada o montante de R\$ 50 mil, como réu, cuja perda é considerada como possível.

15.3 Tributárias

Totalizam o montante de R\$63 mil em março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, e representam os valores de contrapartida de valores depositados em juízo.

15.4 Provisão da Garantia de Preço Mínimo sobre Ações

Garanta de Preço Mínimo

A relação de troca das ações de emissão de Pomifrai por novas ações estabelecidas na Clausula I do Acordo de Incorporação foi estabelecido considerando-se em preço mínimo estimado da totalidade das ações de emissão da Pomifrai no valor total de R\$ 30.000.000,00, ou R\$ 1,00 por ação de emissão da Pomifrai.

Desta forma, caso ao final do prazo de 3 anos, contados da data de aprovação de incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia – em relação às Novas Ações, com exceção das Ações Vinculadas -, qualquer dos Controladores Pomifrai tenha, de boa-fé, alienado Novas Ações (menos as Ações Vinculadas) por este recebido quando de Implantação da Incorporação, e/ou 5 anos contados da data de Aprovação da Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia – em relação às Ações Vinculadas -, e o preço bruto médio de venda por Nova Ação alienada por tal controlador Pomifrai, em qualquer dos períodos, tenha sido inferior a R\$ 1,00, a Companhia pagará a tal controlador Pomifrai o valor equivalente, à diferença entre o preço bruto médio por Nova Ação alienada para este período em questão, e R\$ 1,00. Multiplicado pelo numero de Novas Ações alienadas por tal Controlador Pomifrai no período em questão.

Os pagamentos do Preço Garantido eventualmente devido a qualquer dos Controladores Pomifrai, nos termos da cláusula XI do Acordo de Incorporação, deverão ser efetuados pela Companhia em relação às Novas Ações (com exceção das Ações Vinculadas), após o 3º aniversário da data de aprovação de Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, em relação às Ações Vinculadas após o 5º aniversário da data de aprovação de Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Com base no termo de incorporação, a cláusula décima primeira, estabelece uma garantia de preço mínimo aos acionistas de R\$ 1,00 (um real) por ação, para 18.000.000 (dezoito milhões) de ações por um prazo de 3 (três) anos contados da data de aprovação da Incorporação pela AGE. Com base no preço bruto médio por nova ação alienada no período em questão, a eventual diferença será paga ao final de 03 (três) anos, no prazo de 60 (sessenta) dias após o comunicado de intenção da venda dos antigos controladores da Pomifrai Fruticultura S/A, observado o cronograma previsto na cláusula décima: no máximo 6.000.000 (seis milhões) de ações por ano, sendo no máximo 800.000 (oitocentas mil) ações por mês e no máximo 50.000 (cinquenta mil) ações por dia, ou seja, as vendas não são cumulativas.

O encerramento do prazo de comercialização destas ações, conforme previa o acordo de incorporação, ocorreu em 2013. A Companhia constatou que houve quebra da regra prevista quanto ao limite de vendas, anual, mensal e diário por parte de um dos controladores Pomifrai, de acordo com a Cláusula Décima Primeira, item 11.1.3 “A Companhia estará automaticamente desobrigada a pagar o Preço Garantido devido a um Controlador Pomifrai caso: (i) tal Controlador Pomifrai descumpra, a qualquer tempo, o cronograma de negociações estabelecido na Cláusula Décima”.

Em junho de 2014, foi realizado o pagamento parcial para os acionistas controladores da Pomifrai que respeitaram o acordo de incorporação, foi quitado com a entrega de dois terrenos de propriedade da Companhia, em agosto de 2014 foi realizado o pagamento parcial para os acionistas da Pomifrai no valor de R\$ 269 mil, mediante a entrega de um terreno de propriedade da Companhia, o restante da dívida, R\$ 383 mil, será quitada em 13 parcelas mensais a partir de junho de 2016.

Como prevê o acordo de incorporação aprovado pela AGE, estamos provisionando valores da diferença entre o preço mínimo garantido e o valor bruto médio de alienação das Ações Vinculadas que estão sendo negociadas pelos Controladores Pomifrai, conforme demonstrativo abaixo.

PROVISÃO GARANTIA PREÇO MINIMO AÇÕES	Ações Sujeitas ao Preço Mínimo	Ações Vendidas	Valor Provisionado
Posição em 31/Dez/2014	172.601	121.399	1.766
Ações Negociadas 1T2015	22.578	22.578	372
Posição em 31/Mar/2015	150.023	143.977	2.138

16 Tributos Diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	I. RENDA	CSLL	I. RENDA	CSLL
Saldo em 30/DEZ/2014	2.636	958	6.907	2.496
Realização IRPJ Diferido	(13)		(100)	
Realização CSLL Diferido		(5)		(36)
Saldo em 31/MAR/2015	2.623	953	6.807	2.460

Na controladora os encargos tributários, mantidos sobre a reserva de reavaliação em 31/mar/2015 somam R\$ 3.576 mil, demonstrado no quadro acima.

Na controlada, foram procedidos os registros contábeis exigidos, e o valor dos tributos diferidos estão registrados nos montantes de R\$ 4.184 mil (R\$ 4.271 mil em 31/DEZ/14), a título de imposto de renda e R\$ 1.507 mil (R\$ 1.538 mil em

31/DEZ/14), de Contribuição Social, os quais reduziram à respectiva conta do Patrimônio Líquido em contrapartida a conta do Passivo Não Circulante.

Ainda, na empresa controlada permanece registrado um saldo de tributos diferidos de anos anteriores que totaliza R\$ 695 mil em 31/mar/15.

O saldo registrado na conta de tributos diferidos será realizado com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado.

17 Parcelamentos de Tributos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/MAR/15	31/Dez/2014	31/MAR/15	31/Dez/2014
INSS	5.388	5.558	5.489	5.708
ICMS	455	457	455	457
IRRF	-	-	34	40
IRPJ/CSLL	-	-	848	849
ITR	-	-	-	-
Total	5.843	6.015	6.826	7.054

A Companhia formalizou junto a Receita Federal o parcelamento de tributos, totalizando R\$ 5.843 mil, sendo R\$ 2.159 mil no curto prazo e R\$ 3.684 mil no longo prazo. No consolidado temos o valor total de R\$ 6.826 mil de tributos parcelados, sendo R\$ 2.354 mil no curto prazo e R\$ 4.471 mil no longo prazo.

18 Outros Débitos e Obrigações

Outros Debitos e Obrigações	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/2015		31/MAR/2015	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Arrendamento Terrenos	296	1.138	870	4.958
Distrato Terreno	6.500		10.040	-
Estoque Produtos Terceiros	2.085		2.085	-
Outros	920	411	921	411
Total	9.801	1.549	13.916	5.369

Em 31/mar/2015 os valores que estão na conta de outros débitos e obrigações referem-se a arrendamento de terrenos junto a terceiros a onde estão plantados pomares de maçã, estes arrendamentos foram contratados por 10 anos coincidindo com a vida útil destes pomares;

Em 01/dez/2014 foi assinado Distrato Contratual, do terreno constante da matrícula 7379, referente ao Contrato de Compra e Venda assinado entre as partes em 23/set/2013. Na Controlada foi assinado Distrato Contratual em 26/fev/2014, dos terrenos constante nas matrículas, 071, 0705, 0706, 0709, 0712 e 0714, referente ao Contrato de Compra e Venda assinado entre as partes em 23/set/2013.

Estoque Produtos de Terceiros, são produtos que estamos estocando em nossas camaras frias e que pertencem a terceiros a contrapartida esta no Ativo na conta de Estoque de Produtos e Materiais de Terceiros.

Em outros estão provisionados valores de despesas com assessoria em vendas do imobilizado, contribuições sindicais e seguros de vida em grupo.

19 Patrimônio líquido

19.01 Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 127.173 mil, representado por 7.593.750 (sete milhões quinhentos e noventa e três mil e setecentos e cinquenta) de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, já totalmente integralizado.

19.2 Reserva de Reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por peritos independentes por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29/DEZ/06.

O resultado desta reavaliação em 29/DEZ/06 está a seguir demonstrado (valores em milhares de reais):

Descrição	Valor Reavaliado	Valor líquido contábil	Aumento
Terrenos Urbanos	4.147	1.046	3.101
Áreas Rurais	24.312	8.223	16.089
Benfeitorias Urbanas	15.169	5.541	9.628
Benfeitorias Rurais	3.948	960	2.988
Pomares de Maçãs	9.490	9.863	(373)
Reflorestamentos de Pinus	274	214	60
Total	57.340	25.847	31.493

O aumento do valor dos bens decorrente das reavaliações foi acrescido aos saldos do imobilizado e da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo não circulante com contrapartida na rubrica reserva de reavaliação pelo valor de R\$ 4.159 mil em DEZ/06. O valor reavaliado das benfeitorias urbanas e rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus passou a ser depreciado, amortizado e exaurido com base na sua vida útil econômica remanescente estimada, conforme as taxas de depreciação, amortização e exaustão indicadas na nota 10.

19.3 Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

19.4 Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Não haverá provisão/distribuição de dividendos, houve prejuízo no período.

20 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Em 2014 foi constituída provisão para o imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social, por ter apurado lucro fiscal, assim constituído: na Controladora o montante de R\$ 216 mil a título de Imposto de Renda e R\$ 86 mil a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e na Controlada não houve provisão, teve prejuízo fiscal.

Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

21 Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/MAR/15	31/MAR/14	31/MAR/15	31/MAR/14
Despesas Financeiras	(1.517)	(1.796)	(2.566)	(3.189)
Juros e Despesas sobre Endividamento	(1.034)	(1.438)	(1.989)	(2.657)
Variações Monetárias Passivas	(2)	(4)	(3)	(4)
Variações Cambiais Passivas	-	(23)	-	(23)
Descantos e Bonificações Concedidos	(151)	(66)	(171)	(75)
Outros	(330)	(265)	(403)	(430)
Receitas Financeiras	36	178	38	204
Variações Monetárias Ativas	10	56	10	56
Variações Cambiais Ativas	-	64	-	64
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	20	-	21
Outras	26	38	28	63
Resultado Financeiro Líquido	(1.481)	(1.618)	(2.528)	(2.985)

22 Outras Despesas e Receitas

22.01 Preço mínimo de ações

O valor de R\$ 372 mil refere-se a provisão com despesas sobre preço mínimo nas ações dos Controladores Pomifrai, R\$ 1.828 mil perdas de capital em investimentos.

22.02 Outras Receitas Operacionais

Não houve Outras Receitas Operacionais no 1T2015.

23 Instrumentos Financeiros

Considerações Gerais sobre Gerenciamento de Risco

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

23.1 Risco cambial

A Companhia tinha um histórico de exportação em torno de 8% de sua produção anual, porém, em 2013 exportou somente 3,33%, em 2014 não houve exportação e no 1T2015 também não houve exportação. O destino das exportações era principalmente a Europa e Ásia. Desse modo, a Companhia está sujeita ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados a moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

Outra forma utilizada pela Companhia para minimizar esses riscos é a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDFs). Em 31/mar/15 a Companhia não possuía contratos dessa natureza em aberto.

23.2 Risco de crédito

As vendas a prazo para clientes na Europa e Ásia estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

Os adiantamentos a fornecedores destinados a preparação da safra são garantidos por cédulas de produto rural (CPR), que garantem recebimento das frutas, objeto do adiantamento efetuado.

23.3 Risco de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados na nota 13. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

23.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui na data do balanço, derivativos contratados e operações de hedge.

24 Cobertura de Seguros

Em 31/MAR/15, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Ramo	Itens segurados	Cobertura por evento	Controladora	Consolidado	Vigência final
Riscos Operacionais	Patrimônio	Danos Materiais	36.000	83.300	09/MAI/15
Responsabilidade Civil	Veículos	Danos Corporais	-	16.000	21/MAR/15
Diretores/Funcionários	Diretores	Acidentes com DMHO	21.000	21.000	4/6/2015
Maquinas Equipamentos	Patrimônio	Danos Materiais	920	920	11/6/2015
Responsabilidade Civil	Tratores	Danos Materiais	350	350	

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, máquinas e veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

25 Acordo de Incorporação

Conforme acordo de incorporação firmado entre as empresas Renar Maçãs S/A e Pomifrai Fruticultura S/A em 02/DEZ/09 e divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358/02 que trata da unificação das operações das empresas, as mesmas realizaram transações entre si com o objetivo de usufruir de ganhos financeiros e otimizar os

ativos, valendo-se das melhores condições financeiras obtidas por cada uma delas junto às instituições financeiras e fornecedores. A incorporação foi concluída em 28/SET/10 e aprovado em AGE.

26 Dados para a Incorporação

Os dados seguintes detalham a composição da contraprestação paga e do ágio em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S/A, bem como a avaliação respaldada em laudo da empresa Apsis Consultoria e Avaliações (CNPJ 08.681.365/0001-30), o qual foi aprovado em AGE em 28/SET/10.

Em 30/SET/10 foram contabilizados na Controladora os seguintes valores (Em milhares de Reais)	
D – Investimento Pomifrai Fruticultura S/A	22.192
D – Investimento por mais valia Ativos e Passivos Líquidos	26.394
C – Patrimônio Líquido (Investimento em controlada)	48.586

Com base na análise dos peritos da empresa Apsis Consultoria e Avaliações, concluíram que o valor do patrimônio líquido da Pomifrai Fruticultura S/A a preços de mercado, calculado pela abordagem dos ativos na data de 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 48.586 mil (quarenta e oito milhões e quinhentos e oitenta e seis mil reais).

O valor justo das 30.000.000 de ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação e transferidas em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S/A e sua controlada Pomifrai Alimentos Ltda. é de R\$ 1,62 por ação.

O valor dos ativos adquiridos inclui R\$ 79 mil de Ativo Circulante, R\$ 630 mil de ativo não circulante e R\$ 4.758 mil de ativo imobilizado, conforme consta no laudo de avaliação.

27 Remuneração dos Administradores

O estatuto social estabelece que do resultado verificado no exercício, após as deduções previstas em lei e após a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio; observadas as restrições legais; será destinado até 10% a título de participação dos administradores. Em ata de Assembleia Geral realizada em 30/abr/2014, foram fixados os valores das remunerações: da diretoria no valor mensal total de até R\$ 45 mil/mês (distribuído aos três(3) diretores), do conselho de administração no valor total de R\$ 3,6 mil/mês(distribuído entre os 7 (sete) membros e de R\$ 1,5 mil/mês para cada membro do conselho fiscal.

28 Conselho de Administração

Compunham o conselho de administração em 31 de março de 2015:

Marcos Wilson Pereira – Presidente;
Richard Freeman Lark Jr – Vice-Presidente;
Lúcio Adriano Caetano da Silva;
Guilherme Barbosa Pereira de Souza;
Rogerio Pereira de Oliveira.

29 Conselho Fiscal

Compunham o conselho fiscal em 31 de março de 2015

Titulares:

Marcio Almeida Andrade;
Helio de Oliveira Azevedo;
Nivaldo França.

Suplentes:

Osmar Luiz Soligo;
Jean Pierre Marcon;
Evandro Luciano Tezori.

30 Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, a administração analisou e aprovou em 13/MAI/2015 as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2015 da Renar Maçãs S/A.

31 Resultados Operacionais

A administração está implementando as seguintes principais ações, visando a melhoria da atual situação financeira e econômica da Companhia:

- Redução de despesas, adequando a estrutura da Companhia, valendo-se da sinergia gerada com a incorporação da Pomifrai Fruticultura S/A e Renar Maçãs S/A.

- Reestruturação de diversos setores, em especial, a área agrícola, com foco em redução de custos de produção de forma a obter maior margem de contribuição na safra de 2014/2015.
- Venda de ativos imobilizados não utilizados nas atividades operacionais.
- Implantação do orçamento setorial para o exercício de 2015, visando aumento de controle e a redução dos gastos.
- Reestruturação do perfil da dívida da Companhia, garantindo a fomentação (formação) da próxima safra, bem como o equilíbrio financeiro da Companhia.

32 Cláusula Compromissória de Adesão à Câmara de Arbitragem

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

“Cláusula Compromissória” consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das sociedades anônimas, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes deste regulamento de listagem, do regulamento de arbitragem e do contrato de participação no Novo Mercado da Bovespa.

33 Eventos subsequentes

- Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de fevereiro de 2016, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de, no mínimo, R\$6.901.000,00 (seis milhões e novecentos e um mil reais) e, no máximo, R\$11.999.700,00 (onze milhões, novecentos e noventa e nove mil e setecentos reais), mediante emissão, para subscrição privada, de, no mínimo, 2.060.000 (dois milhões e sessenta mil) e, no máximo, 3.582.000 (três milhões quinhentos e oitenta e dois) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) por ação, fixado nos termos do Art. 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Os recursos decorrentes do aumento de capital serão utilizados, prioritariamente, para reforço do capital de giro, melhorar o perfil de endividamento e em para pagamento de débitos com fornecedores e quitação de dívidas da Companhia.
- Em 8 de outubro de 2015, um novo grupo de acionistas assumiu o controle da Companhia, elegendo, nessa mesma data, novos conselheiros, mantendo no cargo apenas o membro independente do conselho. Em reunião realizada em 15 de outubro de 2015, o Conselho de Administração elegeu, por prazo temporário, novo Diretor Presidente. O novo Diretor financeiro assumiu o cargo em 21 de junho de 2015. A nova administração vem se dedicando no sentido de aperfeiçoar a área de controles internos, considerando o porte da Companhia e a baixa complexidade de suas operações. Nesse sentido, a nova administração atua

para que o sistema de controles internos seja estruturado para assegurar a efetividade das operações da Companhia, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis.

Como parte das mudanças aplicadas pela nova administração, as Composições dos conselhos de administração e conselho fiscal da Companhia ficou da seguinte maneira:

Conselho de administração

Marcos Kassardjian – Diretor de Controladoria e RI
Luis Antonio Lopez Quintañs
Marcio Guedes Pereira Junior
Rogerio Pereira de Oliveira
Bruno Keesse Pinto

Conselho fiscal

Titulares:

Marcio Almeida Andrade
Osmar Luiz Soligo
Nivaldo França

Suplentes:

Jean Pierre Marcon
Evandro Luciano Tezori

- Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2015, Ata 62ª, a Administração estabelece alteração da denominação social da Companhia para Pomifrutas S.A., com consequente criação, perante a BM&F BOVESPA, do código de negociação FRUT3. A alteração da denominação social encontra-se em registro na JUCESC.
- A Companhia encontra-se em dois processos movidos junto a Câmaras de Arbitragem, conforme comunicações de fatos relevantes datados de 30 de outubro de 2015 e 18 de dezembro de 2015.

Marcos Kassardjian - Diretor de Controladoria e RI

Hélio Oliveira de Azevedo - Diretor

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Não há.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Não há.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

ções Trimestrais (ITR).

ÊNFASES

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objeto do contrato de parceria rural. O referido contrato teve seu vencimento em junho de 2014, tendo sido renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Considerando que a Companhia Renar Maças S.A. e a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A., em suas operações normais, não vem gerando resultados suficientes para cobrir os custos de produção, as despesas comerciais administrativas e financeiras e as obrigações com terceiros, gerando prejuízos consecutivos desde o exercício de 2009. A continuidade das operações fica sujeita à redução de custos, captação de novos recursos financeiros, além de outras medidas administrativas mencionadas nas notas explicativas nº 1 e nº31, que visem estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia e sua Controlada. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Revisamos as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao período de nove meses findos em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e consideradas informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

O exame das informações financeiras referentes ao período findo em 31 de março de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota nº 2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com modificação, datado de 30 de abril de 2015. Em nossa revisão das informações financeiras, examinamos os ajustes descritos na referida nota explicativa, que foram efetuados para alterar as informações contábeis ora reapresentadas. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações financeiras da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2015 ou sobre os saldos iniciais de abertura, apresentados para fins comparativos e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Fraiburgo, 24 de março de 2016

Ricardo José Patine Filho

Sócio diretor

CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes

CRC 2SP027296/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não há.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não há.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Não há.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Retificação de inconsistências e ajustes nos saldos contábeis de abertura